

CICLOS ECONÔMICOS NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS EM PERÍODOS DE CRISE

Lucas Petterson Sousa e Silva¹

RESUMO

Entender as razões do movimento cíclico das economias capitalistas e procurar maneiras de antecipar e se precaver contra ele é um dos principais desafios da pesquisa macroeconômica. Diversos são os motivos que levam a economia a se comportar com essa alternância entre ascensões e recessões, onde compreendê-los é de suma importância para fornecer informações que poderão contribuir na tomada de decisão dos agentes macroeconômicos. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo o estudo dos ciclos econômicos brasileiros, a partir da datação cronológica feita pelo Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), procurando compreender o papel desempenhado pelas políticas públicas na fase descendente dos ciclos. Através da exposição da conjuntura brasileira, busca-se identificar as possíveis causas e quais variáveis econômicas tiveram contribuições para as nove crises e recessões datadas entre 1980 a 2020.

Palavras-chave: Ciclos Econômico. Ciclo dos Negócios. Crise Financeira. Políticas Públicas.

ABSTRACT

Understanding the reasons for the cyclical movement of capitalist economies and looking for ways to anticipate and guard against it is one of the main challenges of macroeconomic research. There are several reasons that lead the economy to behave with this alternation between rises and recessions, where understanding them is of paramount importance to provide information that can contribute to decision-making by macroeconomic agents. Therefore, this paper aims to study Brazilian economic cycles, based on the chronological dating carried out by the Economic Cycles Dating Committee (CODACE), seeking to understand the role played by public policies in the descending phase of cycles. Through the exposure of the Brazilian situation, we seek to identify the possible causes and which economic variables contributed to the nine crises and recessions dating from 1980 to 2020.

Keywords: Economic Cycles. Business Cycles. Financial Crisis. Public Policy.

¹ Acadêmico do curso Ciências Econômicas da Universidade São Judas Tadeu (USJT) da rede Ânima Educação. E-mail: lucpetterson19@gmail.com. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Ciências Econômicas da Universidade São Judas Tadeu (USJT) da rede Ânima Educação. 2021. Orientador: Prof. Doutor Paulo Vitor Sanches Lira.

1. INTRODUÇÃO

A história do sistema econômico capitalista é marcada pelos ciclos econômicos, onde inúmeros períodos de alternância entre crescimento e recessão da atividade econômica podem ser observados ao longo do tempo.

O estudo dos ciclos econômicos é algo que gera interesse dos economistas a partir da Primeira Revolução Industrial e, desde então, tornou-se um dos principais desafios da pesquisa macroeconômica entender as razões do movimento cíclico nas economias e procurar formas de torna-lo mais satisfatório para a sociedade, ou seja, fazer com que os períodos recessivos sejam menores e os períodos expansivos sejam cada vez mais maiores e duradouros. Por isso, o entendimento dos ciclos econômicos é de suma importância para as sociedades modernas. Afinal, todos os agentes econômicos tem interesse em saber e entender qual é o estado atual da economia e qual poderá ser esse mesmo estado em um futuro próximo dado que as tomadas de decisões são influenciadas pelas expectativas em torno dessas flutuações.

Desde os anos 80 a economia brasileira vem alternando pequenos ciclos de crescimento com desacelerações econômicas. O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que se propôs a datar cronologicamente os ciclos dos negócios brasileiros, identificou nove ciclos completos na economia brasileira e um décimo ainda em andamento, onde variáveis significativas como inflação, juros, taxa de câmbio, investimentos e outros afetaram o desempenho dos ciclos brasileiros. Diante do exposto, o presente trabalho tem por objetivo o estudo destes ciclos, buscando identificar as recessões e depressões em nossa economia de 1980 até os dias atuais, a fim de identificar a natureza do período recessivo e entender qual o impacto destas crises sobre os principais indicadores de políticas públicas do governo, ou seja, entender se o governo teve comportamento pró-cíclico ou anticíclico. A hipótese inicial é de que há limitações nas políticas públicas em períodos recessivos no Brasil. Onde, preocupa-se demasiadamente no regime de metas de inflação e em não ampliar os gastos públicos para preservar a austeridade fiscal.

Estudar crises e recessões justifica-se uma vez que essas afetam diretamente de forma negativa o bem-estar das famílias, das empresas e dos governos, onde nestes períodos há aumento nos níveis de desemprego, desigualdade e pobreza. Dessa forma, ampliar o debate acerca dos períodos recessivos da economia brasileira pode contribuir para a formulação de diretrizes de enfrentamento diante do atual cenário recessivo imposto pela pandemia do coronavírus.

O presente artigo está organizado da seguinte forma: na seção 2 será revisada a literatura referente a ciclos econômicos, com ênfase na teoria de Schumpeter e de Keynes. Na seção 3 será apresentada a metodologia de datação dos ciclos de negócios e quais as crises encontradas na economia brasileira. Na seção 4 são expostas as conjunturas das possíveis causas/naturezas das crises brasileiras. Por fim, a seção 5 as conclusões do autor.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. O CONCEITO DE CICLO ECONÔMICO

O comportamento das economias capitalistas são erráticas e instáveis, podendo ser observadas oscilações nas tendências de longo prazo. Por isso, o crescimento econômico é sempre marcado por instabilidades, alternando entre períodos de altas e baixas na atividade econômica. E são as flutuações entre expansão e contração que chamamos de Ciclos Econômicos, onde dizemos que essas flutuações são cíclicas pelo fato das fases de expansão e contração repetirem-se com frequência e de formas semelhantes (ESTEY, 1965).

Para Estey (1965), corroborando os estudos de Mitchell², o estudo dos ciclos econômicos é importante, na medida em que o ciclo não é apenas uma flutuação que ocorre na atividade econômica agregada (PIB), mas sim um conjunto de pequenas variações, expansão e contração, que ocorrem em diversos setores da economia ao mesmo tempo, não sendo fenômenos isolados. O autor conclui:

O grande número de ciclos específicos que aparecem em nossos processos econômicos acham-se claramente interrelacionados. (...) Isto é, os ciclos econômicos são flutuações da atividade econômica geral que surgem do conjunto de flutuações relacionadas entre si de numerosos ciclos específicos. (ESTEY, 1965)

Na literatura econômica, ciclos econômicos também são chamados de ciclo dos negócios, pois as “empresas estão ligadas umas às outras, através de vínculos industriais, comerciais e financeiros, de modo que nenhuma delas prospera ou entra em decadência sem afetar as outras” (BRUE, 2006). A definição mais influente dos ciclos dos negócios foi escrita por Arthur F. Burns e Wesley Clair Mitchell no livro “*Measuring business cycles* (1946)”:

Ciclos de negócios são um tipo de flutuação encontrada na atividade econômica agregada de nações que organizem seu trabalho principalmente em empresas privadas: um ciclo consiste de expansão ocorrendo simultaneamente em muitas atividades econômicas, seguidas de fases similares de recessões, contrações e recuperações, as quais se consolidam em uma fase de expansão do próximo ciclo. Essa sequência de mudanças é recorrente, mas não periódica. Em termos de duração, os ciclos econômicos variam de mais de um ano a dez ou doze anos (...)³

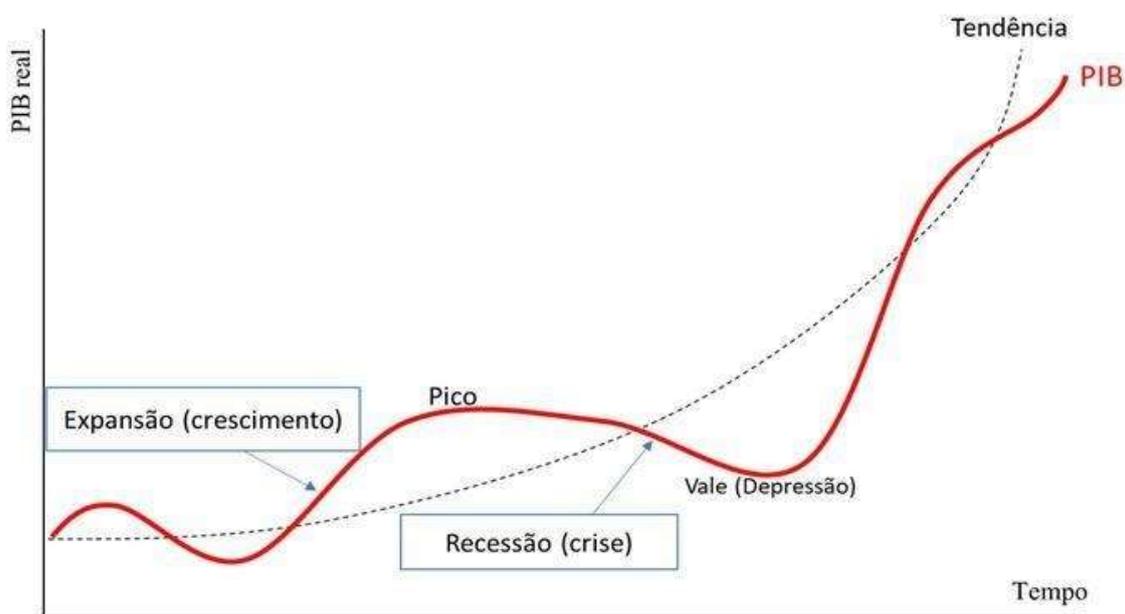
² Wesley Clair Mitchell, economista americano referência nos estudos empíricos dos Ciclos Econômicos.

³ Tradução feita pelo CODACE, disponível em: <https://ciclo-economico-ibre.fgv.br/>

O ciclo do negócio se completa quando o mesmo passa pelos quatro estágios que o compõem: expansão, pico, contração e vale.

- i. Expansão (Crescimento): período em que o país apresenta um crescimento constante na produção e serviços;
- ii. Pico (Boom): consistente no ponto mais alto atingido pelo ciclo, onde a oferta passa a apresentar excessos e desequilíbrios macroeconômicos aparecem (como a inflação e déficits de contas externas ou déficits fiscais) onde inicia a recessão;
- iii. Recessão (Contração): momento de diminuição da atividade econômica, afetando fatores como a produção, vendas, emprego e salário.
- iv. Vale (Depressão): período onde é mais forte a crise econômica atingindo a máxima da recessão, onde a falta de demanda agregada leva ao alto nível de desemprego. O vale será seguido pela expansão, dando início a um novo ciclo.

Figura 1: Representação Gráfica de um Ciclo dos Negócios



Fonte: Edital Concursos Brasil.

Apesar da imagem 1 ser apenas uma representação, é possível observar que os ambos os estágios de um ciclo, tanto os ascendentes quanto os descendentes, ocorrem fora da tendência. E os estudos por trás dos ciclos econômicos buscam as causas e motivos que essas flutuações sempre se repetem na história, nunca seguindo a tendência prevista.

2.2. O ESTUDO DOS CICLOS ECONÔMICOS

O estudo dos ciclos econômicos, segundo Carvalho (1988), surge na segunda metade do século XIX, buscando compreender o fenômeno das crises que assolavam repetidas vezes as economias capitalistas, principalmente a economia inglesa pós Revolução Industrial. Os economistas, cada um à sua maneira, deram diversas explicações para os comportamentos cíclicos, onde mesmo autores que pertenciam à mesma escola de pensamento econômico apontam fatores diferentes para o movimento ondulatório da economia. De um modo geral, as pesquisas sobre ciclos econômicos dividiam-se em dois grupos: De um lado os estatísticos econômicos, utilizando abordagens empíricas e de outro os teóricos que buscavam teorizar as causas e a natureza dos ciclos.

A abordagem empírica no estudo dos ciclos tem como referência Wesley Mitchell junto com o *National Bureau of Economic Research* (NBER). Mitchell observou que buscar a causa para os ciclos econômicos seria difícil pois, apesar de os ciclos serem periódicos, eles são determinados por “mudanças cumulativas”, provocadas por acontecimentos únicos, o que impede a elaboração de uma teoria generalizante (OLIVEIRA; GENNARI, 2009) e, por isso, escolheu-se estudar os ciclos de maneira empírica. A linha de pesquisa desta abordagem partia da exploração das características cíclicas das séries econômicas agregadas, procurando padrões que coincidissem durante as flutuações. E é a partir destes estudos das séries econômicas que surgem métodos para a criação de indicadores de previsão cíclica, utilizados atualmente por órgãos como NBER e pela OCDE.

A segunda abordagem teórica que almejava identificar a causa dos fenômenos cíclicos dividia-se em dois subgrupos. O primeiro grupo a ser citado trabalha com o conceito de que os ciclos são oscilações intermináveis, intrínsecas às economias capitalistas. As oscilações nasceram com o capitalismo e não podem ser eliminadas sem uma profunda mudança dentro do próprio sistema. Os modelos teóricos conhecidos como acelerador/multiplicador são aqueles que representam este conceito, onde apenas os fatores reais são responsáveis diretos pelas flutuações, como a demanda agregada e a instabilidade dos investimentos privados (LIMA, 2005). Exemplos de modelos acelerador/multiplicador são os de Paul Samuelson (1939), Nicholas Kaldor (1940) e o de John Hicks (1950). Carvalho e Hermannny (2003) explicam que o conceito acelerador/multiplicador é dado pela natureza do investimento agregado, onde a teoria do multiplicador keynesiano é utilizada junto com a teoria do acelerador (criador da capacidade produtiva) e “assim, um ato de investimento gera ao mesmo tempo demanda e capacidade de oferta”. Portanto, o ciclo seria resultado da capacidade de demanda do multiplicador ser maior que a capacidade de criação de investimentos, causando assim as flutuações e os períodos de recessão.

O outro grupo teórico sobre a natureza dos ciclos econômicos são os chamados modelos de propagação. Nesta visão, cada ciclo é visto como único e se inicia quando a economia está em estado de repouso ou de normalidade quando é atingida por choques e perturbações exógenas. Quando absorvidos, esses choques se propagam por toda a economia, às vezes causando avanços outras vezes defasagens, caracterizando assim o fenômeno cíclico. O modelo mais influente de uma teoria dos ciclos por propagação deve-se a Schumpeter.

Em sua teoria, a perturbação exógena que seria a causa da flutuação é dada por uma inovação, no processo denominado “destruição criativa”. Keynes também estudou os efeitos dos choques exógenos na economia. Para ele, os ciclos econômicos podem ser causados por perturbações na demanda agregada, mais especificamente nas flutuações do nível de investimentos. Devido a importância dos dois autores, ambos serão discutidos mais à frente neste trabalho.

O atual debate em torno dos ciclos econômicos é feito pela escola neoclássica e a escola keynesiana. Tal debate entre as escolas é feito em torno das variáveis que participam da formação de um ciclo econômico, tendo início após o estado de estagnação que atingiu países da Europa e os EUA após um choque na oferta do petróleo, promovido pelo aumento do preço da commodity pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1973.

Após o choque do petróleo, os neoclássicos passaram a dar maior ênfase aos fatores do lado da oferta para explicarem a instabilidade econômica. Assim, surge a teoria dos ciclos reais dos negócios para argumentar que apenas variáveis e fatores reais, como os distúrbios tecnológicos de Schumpeter, seriam as causas das flutuações cíclicas. Já os keynesianos continuavam a argumentar que os ciclos econômicos podem ser causados por flutuações na demanda agregada, sendo ocasionadas por variáveis de causas reais ou monetárias.

Entretanto, seja economistas neoclássicos ou keynesianos, havia o consenso de que “a instabilidade causada pelas flutuações dos ciclos econômicos era assumida como socialmente indesejável por ambas as escolas, pois reduziam o bem estar econômico” (LIMA, 2005). Outra concordância entre essas correntes teóricas era de a causa de um vale (depressão) é o seu pico (boom). Seja qual for o motivo causador do fenômeno expansivo do ciclo, real ou monetário, ele por si só não é forte o suficiente para manter-se, sendo assim auto limitador.

Mesmo havendo essas convergências nas teorias, na parte descendente do ciclo surge a principal das discordâncias: a política de estabilização da economia. Como já visto, após a fase de depressão espera-se que inicie um o período de transição para uma nova fase de expansão, para dar seguimento ao ciclo. A discordância é dada pelos keynesianos entenderem que esse processo de recuperação também não ser forte o suficiente, ou seja, a economia não possui naturalmente um processo auto gerador para sua recuperação. Assim, é devido esperar que apareça algum estímulo que gere as forças capazes de proporcionar a recuperação e assim seguir o ciclo. Geralmente esse estímulo é o feito pelo Estado e suas políticas anticíclicas o que é completamente rejeitado por neoclássicos, que confiam no poder de equilíbrio do mercado, cuja força levará a economia de uma depressão para o estágio de expansão.

2.3. SCHUMPETER E A TEORIA DA INOVAÇÃO

Joseph Alois Schumpeter foi um economista austríaco cujas principais contribuições mais importantes para a ciência econômica estão na teoria do desenvolvimento econômico e na abordagem dos ciclos econômicos.

Nos seus estudos sobre o desenvolvimento das economias capitalistas, Schumpeter observou que o sistema econômico é dinâmico e opera sempre em um fluxo circular, buscando sempre estar em equilíbrio. Schumpeter enxergou

então que a única coisa capaz de tirar o sistema capitalista do equilíbrio são as inovações, pois outros eventos exógenos como guerras, problemas nas colheitas, mudanças na política e legislação, aumento da população e do capital causam apenas distúrbios na economia, onde o sistema encontraria maneiras de se adaptar às novas exigências e voltar ao equilíbrio.

No processo de desenvolvimento econômico as inovações são introduzidas na economia pelos empresários empreendedores e, elas podem ser definidas como “mudanças nos métodos de ofertas de mercadorias” (BRUE, 2006). Com isso, ocorre uma inovação quando: 1) ocorre a criação de um novo bem; 2) novo método de produção de um bem já conhecido; 3) criação de um novo mercado ainda não explorado; 4) novas fontes de matérias-primas. Contudo, Brue (2006) e Estey (1965) distinguem invenções das inovações. Para eles, invenções tornam-se inovações quando estas são postas em prática e utilizadas na economia nos processos industriais.

Agora, por que as inovações perturbam o equilíbrio e geram os ciclos econômicos? A explicação dada por Schumpeter ocorre no processo de expansão do ciclo. O empreendedor ao desenvolver uma inovação, rapidamente será seguido por outros empreendedores não inovadores que buscam lucrar com a nova oportunidade de mercado e, com isso, precisam de crédito para investir em recursos produtivos. Logo uma onda de expectativa e entusiasmo se propaga pela economia, expandindo os investimentos e o nível de emprego causando o boom econômico. Na medida em que as inovações tecnológicas são absorvidas pelo mercado, o natural é que ocorra redução no entusiasmo pela nova descoberta, desta forma ocorrerá diminuição no crescimento econômico e nos níveis de emprego e investimentos iniciando assim o processo recessivo do ciclo até que uma outra inovação surja para reiniciar o ciclo. Em suma, “não há, portanto, evolução sem inovação, nem inovação sem empresário, nem empresário sem crédito, nem crédito sem juro” (LIMA, 2005).

Intuitivamente, pensar em inovações leva-nos a crer que ocorrem apenas ações inventivas/criativas durante o processo. Porém, há consequências destrutivas no processo de inovação, pois esse torna obsoleto produtos antigos e métodos de produção antiquados, além de poder eliminar empresas do mercado. Assim se explica o termo destruição criativa, utilizado por Schumpeter no estudo da natureza do desenvolvimento econômico.

Em resumo, o processo de introdução de uma inovação causa a expansão do ciclo econômico enquanto o mesmo processo está se realizando. Há recessões quando a sociedade está se adequando/adaptando às mudanças causadas pelas inovações. Sendo assim, este processo cíclico faz parte do desenvolvimento das sociedades, não havendo conflito entre o progresso e as flutuações oriundas das inovações tecnológicas. Portanto, a recessão é o preço pago pela sociedade para que haja o progresso onde, tentar combater e/ou estabilizar as recessões poderia ter o efeito adverso de desestimular a introdução de novas inovações e, conseqüentemente, não haveria assim desenvolvimento e progresso econômico. Por isso, de acordo com a teoria schumpeteriana, intervenções estatais e suas políticas anticíclicas seriam desaconselhadas. Porém, um ponto não explicado por essa teoria era de onde surgem os investimentos que induzem as novas ondas de crescimento.

Já no estudo específico dos ciclos econômicos, Schumpeter sintetizou inúmeros estudos e pesquisas que vinham sendo feitos por outros autores sobre o tema. Através desses estudos, Schumpeter classificou os ciclos em três tipos: o ciclo de Kitchin, o de Juglar e o de Kontradief. Os nomes de cada ciclo homenageavam o autor da teoria que o originou o estudo de Schumpeter.

O ciclo de Kitchin é de curto prazo, tendo duração de 3 a 4 anos (40 meses). Este ciclo está relacionado ao comportamento das vendas, sendo explicado da seguinte forma:

Assim que as vendas ingressaram em uma fase de expansão, as empresas ampliaram seus estoques para se antecipar à demanda. Essa antecipação gerava estímulos à produção, ao emprego e à renda e se prolongava até a redução do ritmo das vendas. Aos primeiros sinais de queda nas vendas, as empresas reduziam imediatamente a produção e os estoques até que as vendas voltaram a se acelerar e um novo ciclo recomeçasse. (OLIVEIRA; GENNARI, 2009)

O ciclo de Juglar é o de médio/longo prazo, com duração entre 9 e 10 anos. Este é o ciclo relacionado a variação dos investimentos, cuja explicação é:

O ciclo de Juglar se inicia quando as empresas partem para investimentos na modernização das fábricas e na aquisição de máquinas e equipamentos para ampliar a produção. Esse período dura de quatro a cinco anos. Com o novo parque produtivo instalado, o ritmo de investimentos decai e as máquinas entram numa fase de intensa utilização e desgaste. Esse período se estende por aproximadamente cinco anos. O novo ciclo tem início quando a necessidade de reposição do maquinário desencadeia uma nova onda de investimentos. (OLIVEIRA; GENNARI, 2009)

O ciclo de Kontradief é o de longuíssimo prazo, com duração média entre 50 a 60 anos, estando ligado as revoluções tecnológicas que devem ser incorporadas na economia em grande escala, como foi a Primeira Revolução Industrial tida como o primeiro ciclo longo. Segundo Oliveira e Gennari (2009), o ciclo se inicia quando um conjunto de invenções são acumuladas ao longo do tempo. Quando se transformam em inovações e passam a ser introduzidas na vida econômica, desencadeiam uma expansão dos investimentos, da produção, do emprego e da renda, cuja fase de ascensão dura entre 12 e 14 anos. Quando as inovações já estão generalizadas, ocorre o mesmo processo explicado por Schumpeter: o investimento se reduz, os empresários tomam menos créditos, diminuindo o nível da produção, do emprego e do produto da economia, iniciando assim o período recessivo. Quando a retração da economia coincide nos três ciclos, temos uma depressão econômica que será revertida apenas quando um novo conjunto de invenções for acumulado pra ser introduzido na economia para serem transformados em inovações.

2.4. VISÃO KEYNESIANA E AS POLÍTICAS ANTICÍCLICAS

Carvalho (1988) explicou que a teoria de Keynes para os ciclos econômicos foi explicada pela primeira vez no livro “A Treatise on Money” (O tratado sobre a moeda, 1930) e posteriormente revisada em sua mais famosa obra “The General Theory of Employment, Interest and Money” (A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, 1936).

Em sua primeira explicação, contida em “O tratado sobre a moeda”, Keynes propôs um “modelo razoavelmente de propagação de choques exógenos” (CARVALHO, 1988). Onde a economia se inicia em estado de equilíbrio e algo acontece que influencia os ânimos dos investimentos. Ainda segundo Carvalho, esse “algo” não é explicado por Keynes, podendo ser “uma nova invenção, ou o desenvolvimento de um novo país, ou uma guerra, ou um retorno da ‘confiança dos empresários’ como resultado de mais pequenas influências apontando para a mesma direção”. Após esse choque, uma onda adicional de investimentos seria induzida pela expectativa dos capitalistas de realizarem lucros. Até este momento, Keynes deixa explícito a semelhança com a teoria de expansão de ciclo de Schumpeter.

Nesta primeira abordagem do ciclo de propagação de Keynes, os ciclos eram causados pelas expectativas e por choques exógenos nos investimentos, onde a expansão é resultante das expectativas de lucros superiores aos esperados e enquanto as recessões seriam resultadas de expectativas excessivamente otimistas.

Em um segundo momento, Keynes revisou o estudo dos ciclos econômicos em seu livro da Teoria Geral. No mesmo é explicado que ciclos econômicos são flutuações nos níveis de emprego, renda e produção que são inerentes ao sistema capitalista onde ocorrem de maneira regular, sendo que a renda e a produção dependem do volume de empregos. Em seus estudos, Keynes utilizou o princípio da demanda efetiva para argumentar e explicar essas flutuações na economia.

O princípio da demanda efetiva surge para contrapor a escola clássica de economia e a lei de Say, que afirmava que toda oferta gera sua própria demanda. Keynes argumentava o oposto, o nível de produção de uma sociedade moderna é guiado pela demanda agregada, cuja natureza seria o somatório do consumo das famílias e os investimentos dos empresários capitalistas. Assim temos a função $Y=C+I$, onde (Y) representa o nível de produto da economia e a renda, (C) o consumo e (I) os investimentos. Neste sistema, a oferta agregada é a função que determina o potencial da produção desta mesma economia.

Dada a função da renda, Keynes identifica que as instabilidades no investimento (I) é a chave para compreender os movimentos cíclicos do produto de uma economia. Por isso, Keynes trata como central em sua análise o empresário capitalista, pois é a partir da decisão destes empresários que surgem os investimentos em capacidade produtiva (I), determinando se haverá ou não aumento da produção, se irá produzir este ou aquele produto e assim por diante. A tomada de decisão dos capitalistas irá depender da Eficiência Marginal do Capital, que nada mais é que a rentabilidade esperada de um determinado investimento. Ou seja, só serão realizados investimentos cuja expectativa de retorno seja maior que a da taxa de juros. Desta forma, temos que o investimento

é determinado por duas variáveis: a Eficiência Marginal do Capital e a taxa de juros. A expectativa sobre uma melhora na demanda futura pelo capitalista não só afeta o nível de produção, mas também o nível de utilização de trabalho: ou seja, as expectativas dos empresários impactam no nível de emprego.

Outro importante componente da demanda efetiva que altera o equilíbrio e que geram as flutuações é a moeda. Diferentemente dos clássicos e da lei de Say – estes viam o dinheiro com menos importância que a mercadoria em si, sendo função da moeda apenas ser intermediária de troca – Keynes entendia que a moeda era crucial para a realização da produção e na determinação do nível de equilíbrio econômico. O autor apresentou a propensão marginal a consumir e a poupar e o estado de preferência pela liquidez para explicar o papel da moeda na atividade econômica.

Propensão marginal a consumir é quanto uma pessoa aumenta o consumo quando há acréscimo na renda, já a propensão marginal a poupar se refere a renda de um consumidor que foi economizada e não se transformou em bens ou serviços. O argumento de Keynes da importância da moeda parte de que nem toda a renda obtida pelos trabalhadores seria utilizada de forma imediata no mercado através de consumo, onde uma parte poderia ser poupada e utilizada como reserva de valor. Como a demanda efetiva depende do consumo e do investimento, o ato de poupar tem o poder de deprimir uma economia ao ocasionar uma deficiência na demanda agregada já que haveria uma interrupção na reposição da renda por parte da demanda no fluxo circular da economia.

Para Keynes, a economia sempre opera no risco de haver falta de demanda efetiva e, por isso, está sujeita a crises. Os ciclos econômicos são causados por diferentes variáveis que afetem a eficiência marginal do capital, a taxa de juros e a propensão a consumir. Por isso, Keynes argumentou que o Estado deveria ser atuante na economia, tendo papel de organizar os Investimentos – o Estado deve aumentar os investimentos em momentos de crise, quando os empresários estiverem com incertezas em relação ao futuro e, cortar esses gastos quando a economia estiver em pleno equilíbrio, deixando os investimentos serem realizados pelos empresários. Seria também função do Estado a realização de política monetária, através da ampliação/contração da base monetária e a manutenção da taxa de juros, onde caso o Estado esteja praticando juros baixos, a tendência é investimento na produção. Caso contrário, a tendência é o não investimento em produção, mas sim em títulos públicos, afetando o equilíbrio de mercado e o nível de emprego.

3. METODOLOGIA DE DATAÇÃO DOS CICLOS DOS NEGÓCIOS E A IDENTIFICAÇÃO DE CRISES

A linha de pesquisa empírica dos ciclos econômicos desenvolveu alguns métodos de previsão dos estágios da atividade econômica agregada. Dentre esses os métodos, o mais conhecido é o sistema de indicadores antecedentes (SIA) criado por Wesley Mitchell e Arthur Burns, partindo da já citada definição de ciclos dos negócios teorizada pelos mesmos em 1946.

Carvalho e Hermann (2003) explicam que o sistema de indicadores antecedentes (SIA) consiste em determinar uma variável agregada que será usada de referência, como o PIB, cujo movimento cíclico buscará se antecipar. Definida a referência, será medida a sensibilidade cíclica e a correlação desta com outras variáveis agregadas selecionadas, como produção industrial, emprego, renda pessoal e vendas. Após este processo, os seguintes conjuntos de indicadores serão formados:

- (i) Indicadores Coincidentes: - são aqueles que têm suas flutuações centradas sobre o próprio ciclo econômico, acompanhando contemporaneamente os movimentos da variável de referência. Informam com maior agilidade movimentos na série de referência que demorem a ser divulgados;
- (ii) Indicadores Antecedentes: - seus movimentos antecipam aos da variável alvo; devido ao seu poder de previsão, são os mais importantes dentro do sistema; servindo para sinalizar antecipadamente o comportamento desta variável;
- (iii) Indicadores Defasados: - seus movimentos se dão posteriormente aos da variável alvo. A ocorrência de movimentos nestes indicadores serve para confirmar ou retificar o que está apontado na série de referência. (LIMA, 2005)

Conseguindo antever o comportamento do PIB, por exemplo, o SIA pode não apenas ser utilizado para acompanhar e datar dos ciclos econômicos, mas mostra-se também útil também para a auxiliar na formulação e planejamento de políticas públicas por parte de governos, na alocação dos investimentos privados dos empresários, além de servir como referência para pesquisas acadêmicas como essa. A crítica a esse sistema deve-se ao fato de o mesmo não conseguir mensurar a amplitude da recessão ou expansão.

O *National Bureau of Economics Research* – NBER – desde sua criação em 1920 é referência no estudo dos ciclos econômicos por estabelecer uma cronologia para os ciclos da economia norte-americana. O NBER implementou a metodologia do SIA para determinar os *turning points* (pontos de reversão) entre picos e vales da atividade econômica. Desta forma, se torna possível enquadrar as recessões e expansões dentro da cronologia econômica. Para o NBER, a definição de recessão seria:

Uma recessão é o período entre um pico da atividade econômica e seu subsequente vale, ou ponto mais baixo (...) A definição do NBER enfatiza que uma recessão envolve um declínio significativo na atividade econômica que se espalha pela economia e dura mais do que alguns meses.⁴

⁴ Tradução própria. Disponível em: <https://www.nber.org/research/business-cycle-dating>

Quando identificada uma recessão, o NBER também avalia três critérios - profundidade, difusão e duração - durante esse período recessivo. A profundidade é determinada pela magnitude do declínio do pico ao. A difusão é medida pela extensão de sua propagação pelas atividades econômicas. Sua duração é determinada pelo intervalo de tempo entre o pico e o vale.

3.1. OS CICLOS ECONÔMICOS NO BRASIL

Em 2004 surge no Brasil o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), com o objetivo de “determinar uma cronologia de referência para os ciclos econômicos brasileiros”. O método de trabalho adotado pelo CODACE segue o modelo do *National Bureau of Economic Research* (NBER), onde busca identificar os turning points através de uma série de indicadores antecedentes.

No Brasil, o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV IBRE) produz o IACE (Indicador Antecedente Composto da Economia) e o ICCE (Indicador Coincidente Composto da Economia) em parceria com o The Conference Board (TCB), que são utilizados na datação dos ciclos brasileiros. A composição/componentes destes índices são:

- O IACE é composto por oito componentes: Índices de Expectativas das sondagens da Indústria, de Serviços e do Consumidor; Índice de produção física de bens de consumo duráveis; Índice de quantum de exportações; Índice de Termos de troca; Ibovespa; e Taxa referencial de swaps DI pré-fixada - 360 dias.
- O ICCE é constituído pelos seguintes componentes: Índice de produção física da Indústria; Consumo de energia elétrica na indústria; Índice de volume de vendas do comércio varejista; Expedição de papel e papelão ondulado; Número de pessoas ocupadas; e Rendimento médio real do trabalho assalariado.⁵

Utilizando o PIB trimestral como referência, o CODACE definiu a cronologia de recessões e expansões para a economia brasileira, a partir de 1980, da seguinte maneira:

⁵ Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/estudos-e-pesquisas/indices-de-precos/iace-e-icce>

Gráfico 1: Cronologia Trimestral dos Ciclos dos Negócios Brasileiros



Fonte: CODACE (2020)

Tabela 1: Cronologias trimestral do Ciclo de Negócios Brasileiros – Duração e Amplitude

RECESSÕES				EXPANSÕES			
Período	Duração em trimestres	Cresc. % Acumulado de Pico a Vale	Cresc. % Trimestral Médio (anualizado)	Período	Duração em trimestres	Cresc. % Acumulado de Vale a Pico	Cresc. % Trimestral Médio (anualizado)
1981:T1 ao 1983:T1	9	-8,5%	-3,9%	1983:T2 ao 1987:T2	17	30,0%	6,4%
1987:T3 ao 1988:T4	9	-4,2%	-2,8%	1989:T1 ao 1989:T2	2	8,5%	17,7%
1989:T3 ao 1992:T1	11	-7,7%	-2,9%	1992:T2 ao 1995:T1	12	19,2%	6,0%
1995:T2 ao 1995:T3	2	-2,8%	-5,6%	1995:T4 ao 1997:T4	9	8,0%	3,5%
1998:T1 ao 1999:T1	5	-1,1%	-0,9%	1999:T2 ao 2001:T1	8	7,3%	3,6%
2001:T2 ao 2001:T4	3	-0,9%	-1,1%	2002:T1 ao 2002:T4	4	5,2%	5,2%
2003:T1 ao 2003:T2	2	-1,5%	-3,0%	2003:T3 ao 2008:T3	21	30,2%	5,2%
2008:T4 ao 2009:T1	2	-5,1%	-10,0%	2009:T2 ao 2014:T1	20	22,5%	4,1%
2014:T2 ao 2016:T4	11	-8,0%	-3,0%	2017:T1 ao 2019:T4	12	5,1%	1,7%
2020:T1 em andamento	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: CODACE (2020)

Ao analisarmos a datação realizada pelo CODACE, no período compreendido entre 1980 e 2020 foram identificadas nove crises com ciclos completos na economia brasileira e uma décima crise ainda em andamento, identificada pelo CODACE no primeiro trimestre de 2020. O gráfico e a tabela 1 apresentam os

anos e os trimestres em que as crises se iniciaram, informando quais foram suas amplitudes e os valores percentuais do crescimento destes ciclos.

Com os dados, é possível afirmar que a última crise completa da economia brasileira, iniciada no segundo trimestre de 2014, tenha sido a mais severa das recessões. Pois, ainda que tenha tido a mesma duração de 11 trimestres como a crise iniciada no terceiro trimestre de 1989, a queda da atividade econômica medida do pico ao vale foi de 8%, com médias anuais de decréscimo em 3%.

A partir destes dados, surgem importantes questões: qual o impacto dessas crises sobre os principais indicadores de bem-estar social da população brasileira? As políticas públicas/econômicas buscam reduzir a amplitude e suavizar o impacto das crises na economia brasileira durante o período recessivo?

4. NATUREZA DAS CRISES ECONÔMICAS BRASILEIRAS

Vimos que nas teorias do modelo de propagação cada ciclo econômico é único, onde o choque exógeno causador das flutuações muda de um ciclo para o outro. Nesta seção, tentara-se evidenciar a natureza dos choques e/ou as causas para as dez crises identificadas pela CODACE na economia brasileira a partir de 1980, conforme a tabela 1.

As primeiras três crises têm seus inícios na década de 80. Década esta que é um período complexo para o Brasil. Do ponto de vista político, a década marca o fim do regime autoritário para dar início à democracia. Do ponto de vista econômico, a década é marcada por estagnação do PIB, instabilidade, hiperinflação e endividamento externo elevado.

Os problemas econômicos dos anos 80 se iniciam na verdade na década anterior, onde os governos militares aproveitaram a expansão do crédito do mercado externo e tomaram empréstimos, principalmente com os Estados Unidos, onde tais recursos foram aplicados em obras e infraestrutura, o que gerou altas taxas de crescimento do PIB (período este chamado de “Milagre Brasileiro”).

O cenário de entusiasmo se reverte com os choques do petróleo, cujo preço teve um aumento extremamente significativo no primeiro choque em 1973 e também no segundo em 1979, o que elevou a inflação e a taxa de juros da economia estadunidense. Tendo em vista que os juros dos empréstimos tomados pelo governo brasileiro com os americanos eram pós-fixados, o choque do petróleo fez a dívida brasileira elevar-se de maneira exponencial, tornando-se impagável. O resultado disso para a economia brasileira foi o disparo incontrollável da inflação e do dólar, causando queda na atividade econômica do país.

Para dar conta da hiperinflação que assolava o país e tentar controlar o déficit público, durante a segunda metade da década de 80, já sob o regime civil/democrático, três planos econômicos foram postos em prática para tentar resolver os problemas: i) Plano Cruzado I e II (instituído em fevereiro/86); ii) Plano Bresser (instituído em junho/87); iii) Plano Verão (instituído em janeiro/89). Todos os planos fracassaram na tentativa de controlar a inflação e sem uma

resolução para o problema da dívida externa. Por conta disso, os anos 80 para a economia brasileira são conhecidos como “A Década Perdida”.

A década de 1990 inicia com a 3ª crise indicada pelo CODACE em andamento, com a inflação atingindo altas históricas. Fernando Collor de Mello assumiu a presidência em março de 1990 e para resolver a questão da inflação um novo plano econômico é posto em prática: O plano Collor I e II. O novo plano não só fracassou como os da década anterior, mas trouxe consigo uma enorme crise política. Acusado de corrupção, Collor renunciou à presidência em 1992 para não sofrer impeachment.

O novo presidente, Itamar Franco, também montou junto com sua equipe um plano econômico para pôr fim à hiperinflação que afetava o país. O plano Real foi posto em prática em julho de 1994, e graças a uma reforma monetária no país pôs fim a quinze anos de descontrole inflacionário.

A quarta e quinta crises datadas pelo CODACE também ocorrem nos anos 90: a que teve início no 2º trimestre de 1995 e a iniciada no 1º trimestre de 1998. No intervalo de 1994-1999 percebe-se crises e desvalorizações das moedas dos países emergentes, onde ocorreram crises no México, dos chamados tigres asiáticos e na Rússia, afetando o andamento da economia brasileira.

O México, de 1991 a 1994, vivia uma ascensão de sua economia. O país assinou o acordo NAFTA (North American Free Trade Agreement - Acordo de livre-comércio da América do Norte) que diminuía barreiras econômicas e alfandegárias com os Estados Unidos e Canadá, esperando manter o ritmo do crescimento. Por conta disso, o país conseguiu atrair a atenção de investidores estrangeiros, pois os títulos do governo mexicanos eram emitidos em peso e garantiam o pagamento em dólar. Porém, o país logo se viu com uma valorização do peso frente à moeda norte-americana, onde para manter o valor da sua moeda, o banco central mexicano precisou desfazer-se das reservas internacionais, fazendo essas atingirem níveis muito baixos. As instabilidades políticas cresceram, os desajustes macroeconômicos aumentaram e o risco país fez os investidores externos se afastarem tornando assim o país incapaz de se financiar. A crise foi atenuada apenas no final de 1995, quando o Fundo Monetário Internacional (FMI) auxiliou o país através de empréstimos.

Em 1997, foi a vez do sudeste asiático ser atingido por desvalorização das moedas locais. Da mesma forma que o ocorrido no México, as economias asiáticas apresentavam altas taxas de crescimento, porém apresentavam fragilidades com os endividamentos utilizados para estimular este crescimento. A Tailândia foi o primeiro destes países a sofrer com ataques especulativos, tendo perda de capital estrangeiro de forma generalizada. O mesmo efeito passou a atingir as moedas de outros países do leste asiático como Indonésia, Malásia e Coreia do Sul, onde a solução para conter a crise, assim como o caso mexicano, foi buscar empréstimos junto ao FMI.

A crise asiática teve como consequência a queda do preço do petróleo, atingindo de forma direta a Rússia, grande exportador desse produto. Em 1998, a Rússia viu sua moeda, o rublo, desvalorizar mediante a fuga de capital dos investidores externos. Mesmo com aporte do FMI, o governo russo suspende o pagamento da dívida externa e amplia a base monetária para movimentar o

mercado interno. O resultado foi o aumento da inflação e a estagnação na produção.

O Brasil foi outro país a ser atingido pelas crises dos mercados emergentes. Como o país ainda buscava uma consolidação com a implementação do real, os juros estavam elevados e o câmbio apreciado, tornando o país suscetível a choques exógenos já que essa política enfraquecia a produção interna. Com a iminente desvalorização do real, uma crise no balanço de pagamentos, a dívida pública aumentando por conta dos juros elevados somando-se a perda das reservas de dólares fez com que o governo precisasse, em 1999, abandonar o regime de banda cambial e reformular as diretrizes na política cambial, monetária e fiscal a ser implementado no país. Tal medida deu início ao chamado tripé macroeconômico, que consiste na adoção de um câmbio flutuante, regime de metas de inflação e metas fiscais de superávits primários.

Indo para o século XXI, durante o começo da década 2000, encontraremos as crises seis e sete: 2º trimestre 2001 e 1º trimestre 2003. Em maio de 2001, o Brasil iniciou um plano de racionamento de energia elétrica, onde o consumo de eletricidade teve de ser diminuído em 20% sob risco de sanções para o brasileiro que descumprisse a meta. Na época, quase 90% da energia do país tinha origem hídrica e a falta de chuvas levou o nível de água nos reservatórios a níveis baixíssimos, gerando assim a chamada Crise do Apagão. Tal crise atingiu a economia do país por conta da falta de oferta de energia, fazendo com que as empresas e indústrias deixassem de produzir por determinados períodos afetando assim a cadeia produtiva nacional.

Já no fim de 2002, o motivo que afetou as expectativas dos investidores foi a conturbada eleição presidencial, que terminou com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores. Sendo de um partido de oposição ao de seu antecessor, o mercado não sabia o que esperar do novo governo. Havia temores de alterações na condução da política macroeconômica, de um possível decreto de moratória como os argentinos fizeram um ano antes. Com isso, mais uma vez houve fuga de capitais e um desbalanço nas reservas internacionais e aumento na taxa de juros para segurar a inflação. A situação logo se controlou quando Lula acenou que manteria as políticas do tripé macroeconômico iniciadas no governo anterior, assinando acordo com o FMI para o pagamento da dívida e, assim, atraindo de volta os investidores.

O período de 2003 a 2008 representou para o Brasil um período de alta da economia, aproveitando o boom de commodities e o alto crescimento global. Neste período, para ser mais preciso a partir de 2005, políticas são adotadas para ampliar ainda mais esse crescimento ancoradas em 3 pilares: i) o pilar distributivo através da ampliação da renda, via Bolsa Família e elevação do salário mínimo; ii) ampliação do acesso ao crédito; iii) ampliação dos investimentos públicos, via PAC (Programa de Aceleração de Crescimento). O ritmo só desacelera graças à grande Crise Financeira de 2008 causando a crise de número oito datada pelo CODACE.

A crise financeira de 2008, também conhecida como a crise do subprime, iniciou nos EUA por conta de uma bolha imobiliária onde a renda das famílias não acompanhou o aumento do valor dos imóveis devido à grande demanda no setor, gerando inúmeras inadimplências nas hipotecas. Os bancos norte-

americanos negociavam títulos financeiros lastreados nessas dívidas hipotecárias e, por serem a maior economia do mundo, conseguiam comercializar esses títulos em quase todas as bolsas de valores do mundo. No estouro da crise, as bolsas financeiras entraram em colapso quando os investidores tentaram resgatar o valor de suas aplicações, gerando falta de liquidez no mercado e a diminuição no valor de mercado das bolsas como um todo.

Para recuperar a confiança dos investidores, os principais Bancos Centrais precisaram intervir na economia. O governo dos EUA foi forçado a lançar um pacote de medidas no valor de US\$ 700 bilhões para então ajudar o mercado financeiro do país e evitar um colapso ainda maior, já que o desemprego atingiu quase 10% em 2009. Na Europa, os bancos centrais de Alemanha, França, Áustria, Holanda e a Itália anunciaram pacotes emergenciais que, juntos, somavam quase 1,2 trilhões de euros.

O Brasil foi menos atingido pela crise se comparado aos países já citados. Porém, como já dito, a crise do subprime foi suficiente para gerar uma crise no país, sendo assim identificada pelo CODACE. No enfrentamento da crise, houve um rompimento ainda maior do governo com o tripé macroeconômico para ampliar as medidas fiscais e monetárias expansionistas para que essas estimulassem o consumo para manter a economia em funcionamento. A diminuição da taxa de juros (SELIC), diminuição do depósito compulsório para os bancos comerciais e a redução de impostos sob consumo (como o IPI), são exemplos de medidas tomadas pelo governo a época.

Avançando para a década de 2010, a crise de número nove se inicia no segundo trimestre de 2014. Como já dito anteriormente, essa foi a mais severa das crises para a economia brasileira que se iniciaram após 1980. Os pilares que impulsionaram o crescimento econômico da última década e suavizaram o impacto da crise de 2008 no país haviam chegado a seu limite. Como o preço das commodities sofreram quedas com a crise de 2008, somente estímulos ao consumo não seriam mais capazes de manter o crescimento da demanda agregada sem o auxílio dos resultados favoráveis na balança comercial.

O governo sucessor a Lula, da presidente Dilma Rousseff, decide romper com esse modelo de crescimento, principalmente no pilar do investimento, cortando os gastos públicos ao mesmo tempo que oferecia subsídios para que os investimentos partissem da iniciativa privada. Não aconteceu os investimentos por dois motivos: i) não houve uma transformação na estrutura produtiva do país durante o governo Lula, onde os estímulos focaram-se no lado da demanda via consumo e não para o lado da oferta afetando as indústrias para aumentar produtividade; ii) a iniciativa privada ainda estava endividada devido a expansão de crédito que havia ocorrido no governo anterior, então os novos subsídios foram utilizados para diminuir suas dívidas e não realizar novos investimentos. Desta forma, não havia expectativas de melhora em relação ao futuro o que prejudica a eficiência marginal do capital. Portanto, não houve os investimentos. Somado a falta de investimentos, houve um brusco reajuste nos preços administrados, principalmente nos preços do gás, dos combustíveis e da energia elétrica, gerando inflação. No primeiro indício de aumento da inflação, o BC eleva juros o que também contribuiu para a falta de investimentos e o não crescimento da atividade econômica.

O resultado de todos esses fatores levou o PIB a significativas quedas de 3,8% em 2015 e de 3,3% em 2016. O desemprego atingiu o auge em 2017, com uma taxa de 13,7%, o que representou mais de 14 milhões de brasileiros economicamente ativos desempregados. Mesmo com esse cenário de desaceleração, o governo optou pela austeridade fiscal, decidindo de vez cortar gastos almejando conseguir superávits primários já que a dívida pública estava aumentando por conta dos aumentos na taxa de juros. Mas, como não estava havendo produção também não haveria arrecadação através dos impostos, dessa forma opção pela austeridade não se fez válida por incapacitar a atuação do governo.

Segundo o CODACE, o período recessivo terminou no início de 2017 durando 11 trimestres assim como a crise número 3. Porém, a recuperação que se seguiu após a crise de 2014 durou 12 trimestres com um crescimento acumulado do PIB de 5,1%, em comparação a recuperação da crise 3 também durou os mesmos 12 trimestres, mas com crescimento do PIB acumulado de 19,2%.

Em 2020, entramos na crise de número 10, imposta pela pandemia do vírus Sars-Cov-19. As medidas de restrições de circulação de pessoas para conter o avanço do vírus causou um choque na oferta de bens e serviços, havendo um colapso simultâneo na produção e demanda agregada global. Como a recuperação da crise anterior caminhava lentamente e foi subitamente interrompida, talvez seja possível afirmar que a recuperação da atual crise será ainda mais difícil, tendo em vista que a economia não havia se recuperado por completo. Diante da atual conjuntura (novembro/21) onde temos taxa de desemprego em 14%, IPCA nos últimos doze meses em 10,67%, expectativa PIB para 2022 em 0,9%, segundo relatório Focus, faz com que o desafio de recuperar a economia brasileira seja imenso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho, no primeiro momento, compreender o que diz a literatura sobre o estudo dos ciclos econômicos. A abordagem teórica de estudo dos ciclos se divide em duas vertentes sobre as causas das flutuações econômicas: A primeira delas considera as flutuações cíclicas como inerentes ao modo de produção das economias capitalistas. As oscilações nasceram com o capitalismo e não podem ser eliminadas sem uma profunda mudança dentro do próprio sistema. A segunda abordagem considera cada ciclo como único, onde as flutuações são desvios do produto agregado em relação à sua tendência de longo prazo, causados por choques exógenos na oferta e na demanda agregada. Dentro dessas teorias, diversas variáveis podem ser responsabilizadas como as causadoras dos ciclos econômicos e isso impediu que houvesse a elaboração de uma teoria única e generalizante onde as principais teorias apontam para fatores reais e para fatores monetários como responsáveis pela causação dos ciclos.

A vertente que explica que a natureza dos ciclos econômicos são os choques exógenos, chamados de modelo de propagação por Carvalho (1988), teve em Schumpeter sua principal referência com a teoria de que a inovação tecnológica é quem causa a perturbação exógena na economia. Com uma visão parecida com a de Schumpeter, Keynes adiciona outros fatores juntos das variáveis reais

para explicar o ciclo, como o tempo e as variáveis monetárias (a não neutralidade da moeda e a taxa de juros). A partir do estudo feito sob a ótica destes dois autores, conclui-se que os ciclos econômicos são melhor explicados através de uma junção de ambas as teorias. A visão de Schumpeter possui elementos de melhor compreensão para a fase de expansão do ciclo enquanto Keynes, através da demanda efetiva, se dispõe a discutir sobre os elementos que ocasionam as crises e as recessões. Por isso, a visão keynesiana se preocupa em atribuir ao Estado a função de estabilização da economia, através de políticas macroeconômicas anticíclicas.

Os estudos empíricos sobre os ciclos econômicos também são fundamentais para a compreensão do fenômeno cíclico. Sem propor uma abordagem teórica, Mitchell e o NBER não só definiram que o ciclo dos negócios são expansões e contrações ocorrendo simultaneamente em vários setores da economia, mas também criaram um sistema de indicadores antecedentes (SIA) que permite identificar o momento de inflexão da economia entre os movimentos ascendentes e descendentes. A relevância do trabalho de Mitchell, que se iniciou nos anos 1920, é observada até os dias atuais ao perceber que o SIA ainda é utilizado na datação dos ciclos dos negócios, inclusive pelo CODACE que é referência na realização deste trabalho.

O CODACE identificou na economia brasileira nove ciclos dos negócios completos desde 1980, estando em curso o décimo ciclo em sua fase recessiva. Nos anos 80, durante as três primeiras crises datadas pelo CODACE, o contexto histórico da década perdida fez com que o foco das políticas econômicas adotadas fosse no intuito de resolver a questão da hiperinflação e do descontrole da dívida pública, desta forma o governo não utilizou políticas anticíclicas para recuperar a economia. O mesmo pode ser dito das crises de número quatro a sete, onde também não houveram medidas anticíclicas pois, os objetivos eram consolidar e estabelecer o plano real e a nova política que consistia no tripé macroeconômico. A crise de número oito foi quando o governo de fato interveio com políticas anticíclicas, pois a conjuntura da época apontava para a maior crise financeira internacional desde a grande depressão dos anos 30. Estímulos monetários e fiscais para aumentar o consumo e aumento dos investimentos foram adotados pelo governo para manter a economia em andamento. Porém, mesmo tendo sucesso na recuperação econômica e tendo recessão em apenas dois trimestres, as políticas anticíclicas adotadas para a crise oito são apontadas como uma das causas da crise seguinte. Argumenta-se que estímulos ao lado da demanda não eram sustentáveis, o governo poderia ter priorizado o lado da oferta para alterar e melhorar a estrutura produtiva do país. Além disso, há também a crítica que o aumento da base monetária sem o devido controle da política monetária resultou em endividamento e investimentos não tiveram expectativas atingidas.

A última observação a ser apontada fica por conta do sistema de metas para a inflação, uma das políticas que compõem o tripé macroeconômico. Sem a devida testagem econométrica, o autor deste trabalho não será leviano em fazer afirmações sem as devidas comprovações. Porém, a relação taxa de juros/inflação foi uma variável importante para criar o movimento cíclico em quase todas as nove crises estudadas. Os constantes aumentos da taxa de juros, com a justificativa para combater a inflação, impede os empréstimos e os investimentos privados, conseqüentemente impacta no desemprego e na

geração da renda na atividade econômica. Talvez exista uma correlação entre os juros e o desemprego, onde diminuir o primeiro possa, novamente talvez, diminuir também o segundo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rafael Galvão de. **Uma história dos modelos de ciclos econômicos e sua relação com a história da econometria, 1875-1936**. Revista Debate Econômico, v.2, n.1, p. 5-30, 2014.

BRUE, Stanley L. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Thomson Learning, 2006.

CAMARA, Marcia R. G. da. **A Instabilidade do Capitalismo: A Visão de Keynes e Schumpeter**. Semina: Ciências Sociais e Humanas, ISSN 1679-0383, 1991.

CARVALHO, Fernando J. C. de. **Keynes, a instabilidade do capitalismo e a teoria dos ciclos econômicos**. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.18, n.3, p.741-764, 1988.

CARVALHO, Fernando J. C. de; HERMANNY, Paulo Fernando. **Ciclos e Previsão Cíclico: O Debate Teórico e um Modelo de Indicadores Antecedentes para o Economia Brasileira**. Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ISSN 0102-9924, 2003.

COMITÊ DE DATAÇÃO DE CICLOS ECONÔMICOS (CODACE). **Descomplicando o Ciclo Econômico**. Portal do Ciclo. Disponível em: <https://ciclo-economico-ibre.fgv.br/>. Acesso em outubro/2021.

COMITÊ DE DATAÇÃO DE CICLOS ECONÔMICOS (CODACE). **Comunicado de Datação de Ciclos Mensais Brasileiros – Jun/2020**. Portal do Ciclo. Disponível em: https://portalibre.fgv.br/sites/default/files/2020-06/comunicado-do-comite-de-datacao-de-ciclos-economicos-29_06_2020-1.pdf. Acesso em outubro/2021.

DUARTE, Angelo J. M.; ISSLER, João V.; SPACOV, Andrei. **Indicadores Coincidentes de Atividade Econômica e uma Cronologia de Recessões para o Brasil**. Fundação Getulio Vargas, Ensaios Econômicos, ISSN 0104-8910, 2004.

ELLERY JR, Roberto; GOMES, Victor. **Política Fiscal, Choques de Oferta e a Expansão Econômica de 2003-2007**. Brazilian Business Review, v.11, n.3, p. 56-80, 2014.

ESTEY, James Arthur. **Ciclos Econômicos: Sua natureza, causa e controle**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1965.

FERREIRA, Mariana Fialho. **Crises Econômicas Brasileiras: Persistência e profundidade das recessões e velocidade das recuperações**. Dissertação (Mestre em Ciências Econômicas) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

GIANNINI, Fabio Augusto. **Ciclos dos Negócios: Um estudo empírico para as flutuações da economia brasileira no período compreendido entre 1992 e 2007**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

LIMA, Izabel Cristina de. **Ciclos Econômicos e Previsão Cíclica: Um Estudo de Indicadores Antecedentes para a Economia Brasileira**. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MITCHELL, Wesley C. **Os Ciclos Econômicos e suas causas**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1984.

NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH (NBER). **Business Cycle Dating**. Disponível em: <https://www.nber.org/research/business-cycle-dating>. Acesso em outubro/2021.

NATIONAL BUREAU OF ECONOMIC RESEARCH (NBER). **About: History**. Disponível em: <https://www.nber.org/about-nber/history>. Acesso em outubro/2021.

OLIVEIRA, Roberson Campos de; GENNARI, Adilson Marques. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

PIRES, Manoel Carlos de C. **Política Fiscal e Ciclos Econômicos no Brasil**. Economia Aplicada, v. 18, n. 1, p. 69-90, 2014.

VAZ-CURADO, Samuel Fernandes L. **Teoria dos Ciclos Econômicos: O Caso Brasileiro entre 2003 e 2018**. Dissertação (Mestre em Ciências Econômicas) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão (SE), 2019.